



FORMAÇÃO DISCURSIVA E DISCURSO EM FOUCAULT E EM PÊCHEUX: NOTAS DE LEITURA PARA DISCUSSÃO

Roberto Leiser Baronas¹

Encontros e desencontros epistemológicos entre Foucault e Pêcheux: formação discursiva

Trago de início em forma de citação uma nota de rodapé que faz parte do artigo *Os fundamentos teóricos da 'Análise Automática do Discurso'* de Michel Pêcheux, cujo autor é Paul Henry:

Existem muitos pontos de contato entre aquilo que Michel Foucault elaborou no que se refere ao discurso e aquilo que fez Michel Pêcheux, pelo menos no nível teórico (por exemplo, encontra-se em Foucault uma noção de "formação discursiva" que tem alguns pontos em comum com aquela de Pêcheux), e em particular no nível prático (Foucault nunca tentou elaborar um dispositivo operacional de análise do discurso)... Pêcheux partilhava com Foucault um interesse comum pela história das ciências e das idéias que pode explicar por que ambos, mais do que qualquer outro autor, focalizaram o discurso (1993, p. 38).

Parto dessa citação para tentar precisar quais seriam efetivamente os pontos de contato e de afastamento entre as noções foucaultiana e de Michel Pêcheux de formação discursiva. Nos escritos foucaultianos, a noção de formação discursiva aparece pela primeira vez em *A arqueologia do saber*, texto que, posteriormente, nos *Ditos e escritos*, o próprio Foucault diz que teria sido escrito como introdução de *As palavras e as coisas* e que depois fora transformado num livro que tenta teorizar sobre a história das chamadas ciências do homem. Contudo, não numa história tradicional, contínua na qual os seres humanos marcham em busca de um *télos*, de um *dever*, mas numa história descontínua que descreve o momento mesmo de irrupção dos acontecimentos discursivos, tornando-os inteligíveis em termos de regras que os governam e os regulam.

A arqueologia do saber se constitui numa descrição bastante complexa e didática do método arqueológico, uma teoria que procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas, tomando-os não mais como conjuntos de signos e elementos significantes que remeteriam a determinadas representações e conteúdos, tal como pensavam os estruturalistas tributários de Saussure, mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadores e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos.

Com o método arqueológico Michel Foucault busca descrever não só as condições de possibilidade dos enunciados que formam as ciências empíricas, mas as condições mesmo de existência desses enunciados. Para tanto segundo Foucault (1993, p. 28).

é preciso renunciar a todos os temas – tradição; influência; desenvolvimento e evolução; mentalidade ou espírito; tipos e gêneros; livro e obra; idéia da origem; já-dito e não dito – que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar

¹ Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Professor no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar, no Mestrado em Estudos da Linguagem da UFMT e Pesquisador do CNPq.



pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade e dispersão temporal, que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado... Não remetê-lo à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo da sua instância.

Ao colocar em suspenso todas essas “sujeições antropológicas”, é possível descrever quais os atos discursivos que conquistaram sua liberdade condicionada, após terem passado por um interrogatório numa espécie de “polícia discursiva”, que se reativa a cada um dos discursos efetivamente ditos e, que determina aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito autorizado, com base num método aceito, se inserindo dessa maneira no verdadeiro da época. Não se trata, todavia, de qualquer ato discursivo: enunciados do cotidiano, por exemplo, mas de “atos discursivos sérios”, isto é, enunciados que manifestam uma incessante “vontade de verdade”. Esses enunciados sérios então se relacionam com enunciados do mesmo ou de outros tipos e são condicionados por um conjunto de regularidades internas, constituindo um sistema relativamente autônomo, denominado de formação discursiva.

E é nesse sistema que internamente se produz um conjunto de regras as quais definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem. Em outros termos, é a própria formação discursiva como uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes, que por sua vez instauram os objetos sobre os quais ela fala, os sujeitos que legitima para falar sobre esse objeto, definem os conceitos com os quais operará e as diferentes estratégias que serão utilizadas para definir um “campo de opções possíveis para reanimar os temas já existentes... permitir, com um jogo de conceitos determinados, jogar diferentes partidas” (Foucault, 1993, p. 45).

O conceito de formação discursiva aparece pela primeira vez em Michel Pêcheux no seu artigo *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*. Ao criticar os linguistas pós-saussurianos – estruturalistas e gerativistas - por terem de alguma maneira trazido o modelo fonológico saussuriano para o domínio do sentido, produzindo uma espécie de *filosofonema* que caracterizaria toda a lingüística, Pêcheux mostra que ao se pensar as sistematicidades da língua como um *continuum* de níveis, se está na verdade, recobrando o corte saussuriano entre *langue/parole*. “O elo que liga as significações de um texto as suas condições sócio-históricas, não é secundário, mas constitutivo das próprias significações” (Pêcheux, 1971, p.147). Pêcheux propõe então uma *intervenção epistemológica* nas semânticas lingüísticas. É preciso “mudar de terreno” e encarar uma nova problemática o *discurso*. Esse conceito deverá ser pensado à luz do materialismo histórico. É a partir dele que se pode fazer a localização de novos objetos, colocando-os em relação com a ideologia.

Entretanto, ao verificar o inventário intelectual de Michel Pêcheux é possível constatar que o gérmen desse conceito aparece alguns anos antes de 1971, num outro texto de Pêcheux, *Lexis et metalexis: les problemes des determinants*, escrito a quatro mãos com C. Fuchs. Na verdade, o esboço de tal conceito aparece em forma de nota de fim no texto de A. Culioli, *Notes sur la formalisation en linguistique*.



*Il ne s'agit nullement de remettre en cause l'idée selon laquelle 'la langue n'est pas une superstructure' (au sens marxiste de ce mot) mais d'avancer que les **formations discursives** sont, elles, fondamentalement liées aux superstructures, à la fois comme effets et comme causes. Une théorie de 'l'effet de discours' ne peut ignorer ce point, quelle que soit par ailleurs la manière dont elle formule son objet (sous la forme d'une 'pragmatique' d'une 'rhétorique ou d'une 'stratégie de la argumentation') (Pêcheux & Fuchs, 1968, p. 32) (grifos meus).*

Chamo atenção para o fato de que o conceito *formação discursiva* embora não esteja desenvolvido, está enunciado desde 1968, data da publicação do artigo de Culioli, Pêcheux e Fuchs. O que me possibilita asseverar que, pelo menos no seu processo de gestação, esse conceito não veio da *A Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, cuja primeira publicação data de 1969. Embora as discussões sobre *A Arqueologia do Saber* estivessem latentes entre a *intelligentsia* francesa, mesmo antes de sua publicação, penso que esse conceito tenha derivado do paradigma marxista *formação social, formação ideológica* e, a partir daí, *formação discursiva*.

É possível então asseverar que essa noção tem uma paternidade partilhada: inicialmente a de Pêcheux em 1968 e depois a de Foucault em 1969. No caso deste último pensador, esse conceito, prolongando seu projeto inicial da episteme em *As Palavras e as Coisas*, oscila constantemente entre uma interpretação em termos de regras e outra em termos de dispersão. Foucault parece obedecer a duas injunções contraditórias: trabalhar sobre sistemas e no mesmo processo desfazer toda unidade ou trabalhar sobre as regularidades da dispersão.

Para Foucault a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Dito de outro modo, para o filósofo francês o que garante a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não é a sua linearidade formal – sintática ou semântica -, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública, etc). Michel Foucault chama de *écart* enunciativo a regra de formação (as modalidades enunciativas) dos enunciados na sua heterogeneidade, na sua impossibilidade de se integrar a uma única cadeia sintática.

Já em Pêcheux o conceito, gestado no ventre do marxismo/althusserianismo, aparece como “*aquilo que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma *de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa*, etc) a partir de uma posição dada na conjuntura social” (Pêcheux, 1975, p.188). É possível interpretar esse conceito, por meio dos exemplos dos gêneros textuais entre parênteses, a partir de uma dupla leitura: em termos de gênero ou em termos de posição. Parece-me que Pêcheux ao sublinhar *aquilo que pode e deve ser dito* e se situar no espaço da luta de classes, trazendo como exemplos de gêneros os que privilegiam uma luta ideológica explícita, opta pela segunda interpretação. A questão dos gêneros mesmo indicada, não é discutida.

Discurso

A noção de discurso é empregada por Michel Foucault na *A arqueologia do saber* com a seguinte acepção: “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no



espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1986, p. 43). Assim, Foucault (1986, p.43) compreende “o discurso como um conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação discursiva”.

Tomar o discurso como objeto significa em última instância, para Foucault da *A arqueologia do saber*, realizar não apenas uma análise linguística desse objeto, descrevendo e/ou explicando seus níveis linguísticos, mas, principalmente produzir uma interrogação sobre as condições de emergência desse objeto, isto é, quais são os dispositivos discursivos que possibilitaram a irrupção de determinada prática discursiva e não outra em um determinado momento histórico. Nesse sentido, segundo Revel (2005, p. 38):

Foucault substitui o par saussuriano língua/fala por duas oposições que ele faz funcionar alternativamente: o par discurso/linguagem, no qual o discurso é renitente à ordem da linguagem em geral (...). [É preciso, todavia], notar que o próprio Foucault anulará essa oposição, intitulado sua aula inaugural no *Collège de France* como *A ordem do discurso*, em 1971; e o par discurso/fala, no qual o discurso se torna eco lingüístico da articulação entre saber e poder, e no qual a fala, como instância subjetiva, encarna ao contrário, uma prática de resistência à “objetivação discursiva”.

Com base na citação de Judith Revel é possível asseverar então que, em 1971, ao postular a existência de uma *ordem do discurso* que é distinta tanto da ordem da língua quanto da ordem da fala ou da ordem do texto, Michel Foucault produz um deslocamento no conceito de discurso, pois a análise deste objeto passa a se dar em termos de estratégias e de práticas. Em outros termos, a partir de 1971, o discurso deixa de ser analisado por Michel Foucault enquanto um “regime de discursividade e de sua eventual transgressão, mas como um objeto que existe entre grandes tipos de discurso e as condições históricas, econômicas, as condições políticas de seu aparecimento e de sua formação” (REVEL, 2005, p. 38). O deslocamento produzido por Michel Foucault, a partir de 1971, não significa que o tema discurso tenha desaparecido das preocupações deste filósofo, mas que esse tema passou a ser apreendido de outra maneira. Em suma, é possível dizer que Michel Foucault não apreende o discurso da mesma maneira nas fases arqueológica e genealógica de seu pensamento. Todavia, nessas duas fases, o discurso é para Foucault um objeto essencialmente empírico.

Em Michel Pêcheux, no entanto, sobretudo, no livro *Análise Automática do Discurso*, o termo discurso possui uma acepção bastante distinta da de Foucault. É impossível, afirma Michel Pêcheux (1969), “analisar um discurso como um texto [...] é necessário referi-lo ao conjunto dos discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção”. A esse respeito nos diz Maldidier (2003, p. 21): “o discurso deve ser tomado como um conceito que não se confunde com o discurso empírico sustentado por um sujeito, nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional de linguagem. Em outras palavras, o discurso para Michel Pêcheux, deve ser pensado na sua estreita relação com as condições de produção.



Foucault e Pêcheux: pensamentos inconciliáveis?

Em um texto publicado na segunda edição do livro *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*, intitulado *Remontemos de Foucault à Spinoza*, Michel Pêcheux ao comparar as teses foucaultianas da *A arqueologia do saber* com as spinozistas do *Tratado das autoridades teológicas e políticas*, “discute sobre a relação entre prática política e prática universitária”. Ele toca mais diretamente “na relação velada e contraditória que as teorias da linguagem mantêm com a história”. Para Pêcheux, “o estado atual da linguística apresenta certa relação com suas origens, que se exprime persistentemente em *várias correntes*”. No seu entendimento, os estudos da linguagem podem ser recobertos por três grandes correntes:

Uma primeira corrente, que nós podemos qualificar de *lógico-formalista*, tem, desde as origens da linguística, como preocupação constante, representar a língua como um *sistema em funcionamento* (desde os estóicos, que foram os primeiros gramáticos, passando por aqueles que se chamou no século XVIII de “modistas”, a gramática de Port-Royal e a gramática clássica).

Uma segunda corrente é aquela da *mudança social na história*, da qual encontramos os primeiros traços nos estudos teológicos críticos dos textos sagrados e que se funda sobre os trabalhos de filologia, os trabalhos dos neo-gramáticos e os da linguística comparada: a concepção filosófica subjacente a esta segunda corrente coloca, contrariamente à primeira, que as línguas se formam, se diferenciam, evoluem e morrem historicamente, como as espécies vivas: a filologia, pesquisas das filiações, das derivações e desaparecimentos, parecem constituir a forma clássica dessa segunda tendência.

Ao lado dessas duas correntes principais, pode-se discernir uma terceira tendência, que eu chamarei de aquela dos *riscos da fala*: encontram-se suas origens históricas na sofística e na heurística gregas; vemo-la reaparecer na *disputatio* da Idade Média, que se constituía em uma espécie de esporte verbal no qual os estudantes punham-se a discernir, principalmente fora do ensino *ex cathedra*.

Essas correntes, na compreensão de Pêcheux, “tomam filosoficamente posição na luta de classes por intermédio da sua referência implícita ou explícita à história”. Assim,

- a tendência lógico-formalista coloca, filosoficamente, que a história não existe: o espírito humano é concebido como a-historicamente transparente a si mesmo, sob a forma de uma teoria universal das idéias que aparecem, assim como uma pseudo-ciência do todo, capaz de dirigir as origens e os fins. A luta ideológica de classes, portanto, não existe mais, no sentido forte do termo: ela é tomada, na verdade, como conflitos lógicos-éticos e psicológicos que participam da essência humana a sociedade;

- a segunda corrente contém uma tese filosófica que eu qualificarei brevemente de historicista: ao contrário às precedentes, ela coloca a existência da história, mas sob a forma da diferença e das transformações sociais, sob a modalidade das heterogeneidades empíricas que recobrem a homogeneidade tendencial subjacente à sociedade humana. O filósofo Lucien Sève exprime à sua maneira essa concepção historicista das lutas de classes, quando afirma: “A política passará, mas a psicologia não passará”. Ele acentua, com efeito, que a heterogeneidade conflitual que marca a divisão política é historicamente contingente, de acordo com aquilo que L. Sève chama de a essência social do homem;

- uma palavra somente sobre aquilo que denominei a terceira tendência, aquela do “risco da fala”, para dizer que ela não tem a autonomia filosófica das outras duas primeiras tendências, de maneira que ela faz alianças teóricas tanto com uma quanto com a outra, sob a base de uma concepção filosófica do afrontamento dialógico, que autoriza, por sua vez, uma teoria conflitual da história como duelo-dual e uma dissolução da história no dueto-dual.

Com base nesses apontamentos, Michel Pêcheux conclui que:



- 1) A filosofia espontânea da tendência lógico-formalista veicula, explícita e implicitamente, a posição de classe da ideologia burguesa fundada sobre a eternidade antropológica jurídico-moral do triângulo sujeito-centro-sentido;
- 2) A tendência historicista (e, acessoriamente, certos aspectos da terceira tendência), colocando filosoficamente a história como série de diferenças, deslocamentos, mudanças, etc. subordina, de fato a divisão política (que “passará”) à unidade antropológica (que “não passará”): essa segunda posição filosófica, opondo-se diametralmente ao eternitarismo da primeira, entende a dominação como forma de interiorização. A posição de classe que resulta dessa invasão ideológica constitui a forma teórica do **reformismo**, subordinando a divisão à unidade, e pensando a contradição como resultado do encontro de contrários preexistentes, separando, assim, a existência das classes e a luta das classes;
- 3) Ao analisar as filosofias espontâneas veiculadas pelas principais correntes lingüísticas, não pretendo condenar o conjunto dos trabalhos, os resultados obtidos, os conceitos e os problemas, mesmo dando-lhes o rótulo de “burguês” ou de “reformista”: as práticas de uma ciência não coincidem jamais totalmente com as filosofias espontâneas que elas recobrem, visto que certos acontecimentos teóricos da lingüística (como a revolução epistemológica do saussurianismo) induzem a uma configuração de forças filosóficas simultâneas (em presença). Essas posições filosóficas têm fortes ressonâncias concretas nos trabalhos lingüísticos de diversas correntes para alertar politicamente àqueles que desejam diretamente “aplicar a lingüística” ao materialismo histórico a fim de estudar as ideologias e os discursos políticos: uma mudança de terreno se impõe, se quiser-se evitar que o universitário não se sobreponha (domine) ao político.

Michel Pêcheux defende que o pensamento foucaultiano da *A arqueologia do saber* se enquadra na tendência historicista, ou no *reformismo crítico*, pois Michel Foucault em sua metodologia arqueológica “subordina a divisão à unidade, e pensa a contradição como resultado do encontro de contrários preexistentes, separando, assim, a existência das classes e a luta das classes”. Nesse sentido, aceitando as proposições de Michel Pêcheux, parece-nos problemática a aproximação que é feita entre as reflexões pecheutianas e foucaultianas sobre discurso e formação discursiva.

Conclusões preliminares...

Neste breve artigo, tentamos defender a idéia de que aproximar Pêcheux e Foucault no tocante as noção de formação discursiva e de discurso é muito problemático, sobretudo do ponto de vista teórico, visto que as bases epistemológicas que sustentam os seus trabalhos são distintas. Enquanto o primeiro tem em suas bases epistemológicas o *marxismo-leninismo*, que não separa a luta de classes das classes, o segundo se inscreve numa tendência historicista, que defende uma separação entre classes e lutas de classes.

É preciso, todavia, considerar que a hipótese de leitura por nós levantada carece ainda de uma melhor fundamentação, uma vez que não confrontamos as arquiteturas dos dois pensamentos na sua totalidade. Confrontamos basicamente o Foucault da *A Arqueologia do saber* com o Pêcheux da primeira e segunda épocas. Outro ponto a ser considerado é o fato de que a luta de classes tal qual pensada por Pêcheux à luz do althusserianismo-marxista até que ponto daria conta de explicar os conflitos existentes atualmente na nossa sociedade, sobretudo por se tratar de uma sociedade marcada pelo unidentitarismo. O confronto dessas duas arquiteturas e a discussão sobre a pertinência da luta de classes fica para um trabalho futuro.



Nosso objetivo com esse texto não é construir uma alfândega epistemológica entre os pensamentos de Pêcheux e Foucault, mas contribuir de forma menos espontânea para o debate acerca da escrita da história linguageira da Análise do Discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULIOLI, Antoine. La formalisation en linguistique, in *Cahiers pour l'analyse*, Editions du Seuil, n. 9, juillet 1968. (Tradução provisória nossa).

FOUCAULT, *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

PÊCHEUX, Michel. *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*. *Revue Langages*, 24, 1971. Tradução brasileira. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 1 Ed. São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2007.

_____. *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspéro, 1975. Edição brasileira: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: ORLANDI, E. P. et. al. 2. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995.

_____. Remontons de Foucault à Spinoza. In: *L'Inquiétude du discours*. Paris, Ed. Cendres, 1977; 1990. Tradução brasileira Maria do Rosário Gregolin. Remontemos de Foucault à Spinoza. In: *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2 Ed. Rev e Amp. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução brasileira Maria do Rosário Gregolin et al. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2005.